Multiner S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2633I-031-PB

Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	25

Multiner S.A.

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições estatuárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Multiner S.A. (“Companhia” ou “Multiner”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. As informações estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.

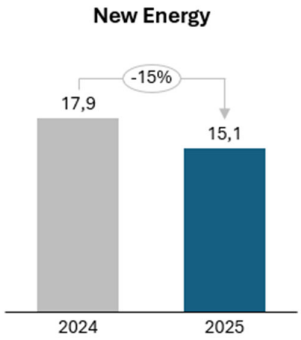
Destaques do Exercício

	Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	Δ %
Receita operacional líquida	207.866	172.205	21%
Resultado bruto	(38.966)	(31.522)	24%
Margem bruta	***-19%***	***-18%***	***1 p.p***
EBITDA	16.254	64.478	-75%
Margem EBITDA	***8%***	***37%***	***-30 p.p.***
Prejuízo líquido do exercício	(14.711)	(44.057)	-67%

Desempenho Operacional – NEO

A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) possui dois parques eólicos: Alegria I e II, com capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Os Parques Eólicos estão em operação comercial desde dezembro de 2010 e dezembro de 2011, respectivamente. O Complexo Eólico Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPAR – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

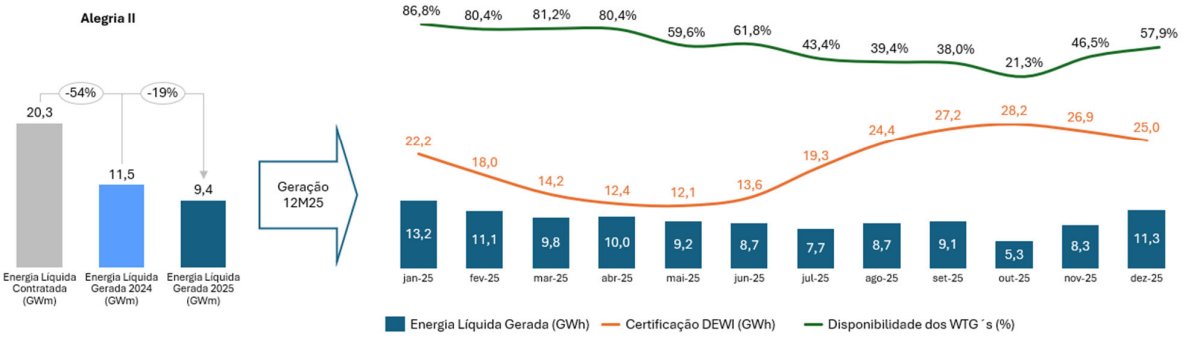
No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2025 e 2024 do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II):



A geração líquida do Complexo Alegria no exercício de 2025 alcançou uma geração média de 15,1 GWh, resultando em uma variação negativa de 15% em comparação a geração média de 17,9 GWh apurados em 2024. A redução observada é principalmente atribuída às restrições de despacho aplicadas pelo ONS, que foram os principais fatores para o desempenho inferior no período. Contribuíram adicionalmente para a queda da geração as manutenções corretivas realizadas nos aerogeradores, incluindo a conclusão do projeto de reparo de pás, direcionado ao aumento da confiabilidade operacional e à modernização dos parques.

Analisando os parques de forma individual, o Parque Alegria I apresentou geração média de 5,8 GWh em 2025, correspondendo a uma redução de 9% frente aos 6,4 GWh registrados em 2024. O Parque Alegria II registrou geração média de 9,4 GWh no mesmo período, representando uma queda de 19% em relação aos 11,5 GWh gerados em 2024.

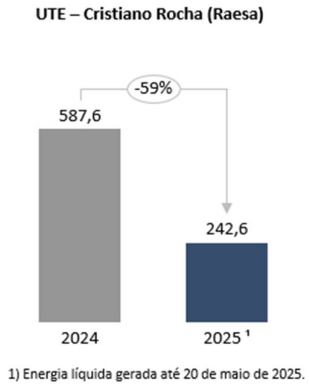
Os gráficos a seguir, apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período dos Parques Eólicos Alegria I e II:



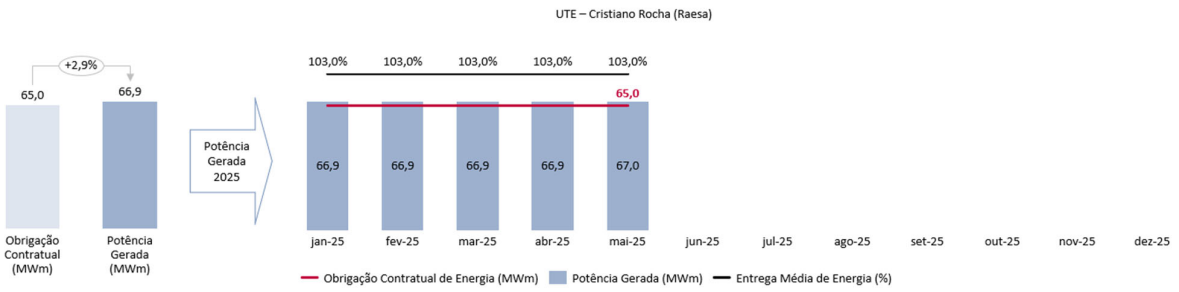
Desempenho Operacional – UTE Cristiano Rocha

A controlada indireta Raesa, foi detentora do direito de uso da UTE Cristiano Rocha cuja potência total instalada é de 91,75 MW. O prazo de vigência do contrato de fornecimento de energia da controlada indireta Raesa terminou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1), com isso, os números de geração apresentados a seguir consideram o período de operação comercial de janeiro a maio de 2025.

No gráfico a seguir é apresentado o comparativo da geração líquida total em MWh médio para os exercícios de 2025 e 2024 da UTE Cristiano Rocha:



O gráfico a seguir, apresenta a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada mês a mês no período de janeiro a maio de 2025 da UTE Cristiano Rocha:



Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o exercício com a controlada NEO encerrou o período com 132 dias sem acidentes com afastamento, registrando o último acidente em afastamento em 21 de agosto de 2025.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros, e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

A Administração da Companhia mantém uma estrutura de Compliance alinhada às melhores práticas de governança, cujo propósito é assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequada gestão e o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos. Essa atuação visa mitigar riscos de forma compatível com a complexidade dos negócios, bem como promover a cultura de conformidade, ética e integridade no cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis. Como resultado, a Companhia reforça a solidez de sua Governança Corporativa e amplia a percepção externa de valor, transparência e confiabilidade junto aos seus públicos de relacionamento.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Desempenho Econômico-Financeiro

	Consolidado			
	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Receita operacional bruta	**234.909**	**209.396**	**25.513**	12%
Deduções da Receita	(27.043)	(37.191)	10.148	-27%
Receita operacional líquida	**207.866**	**172.205**	**35.661**	**21%**
(-) Custo operacionais	(246.832)	(203.727)	(43.105)	21%
Resultado Bruto	**(38.966)**	**(31.522)**	**(7.444)**	**24%**
Margem bruta	**-19%**	**-18%**		**1 p.p**
Despesas gerais e administrativas	(16.239)	(15.752)	(487)	3%
Outras (despesas) receitas	(908)	19.634	(20.542)	-105%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(1)	1	-100%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**(56.113)**	**(27.641)**	**(28.472)**	**103%**
Receitas financeiras	165.015	169.739	(4.724)	-3%
Despesas financeiras	(115.226)	(188.742)	73.516	-39%
Resultado financeiro líquido	**49.789**	**(19.003)**	68.792	**-362%**
Resultado antes do IR e CS	**(6.324)**	**(46.644)**	**40.320**	**-86%**
IRPJ/CSLL corrente	(22.860)	(4.133)	(18.727)	453%
IRPJ/CSLL diferido	3.687	3.687	-	0%
Incentivos fiscais	10.786	3.033	7.753	256%
Prejuízo líquido do exercício	**(14.711)**	**(44.057)**	**29.346**	**-67%**

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com uma receita operacional bruta de R$ 234.909 frente a R$ 209.396 em 2024, um aumento de R$ 25.513 ou +12%, impactado, principalmente, pela entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2024. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8a do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da controlada Neo no exercício, já a redução de O&M ocorreu pelo encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Venda de energia contratada	214.440	157.614	56.826	36%
Receita com operação e manutenção - O&M	20.402	51.189	(30.787)	-60%
Venda de lastro de energia	-	234	(234)	-100%
Outras receitas operacionais	67	359	(292)	-81%
Receita operacional bruta	**234.909**	**209.396**	**25.513**	**12%**

**A receita de suprimento de venda de energia da controlada indireta Raesa está contabilizada no Resultado Financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.*

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou 2025 em R$ 207.866 frente a R$ 172.205 em 2024, um aumento de R$ 35.661 ou +21% também impactado substancialmente pela entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2024. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8a do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da controlada Neo e a variação do ICMS é em decorrência do encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Receita operacional bruta	**234.909**	**209.396**	**25.513**	**12%**
PIS e Cofins sobre faturamento	(20.385)	(22.577)	2.192	-10%
ICMS s/ faturamento	(5.095)	(12.814)	7.719	-60%
P&D s/faturamento	(1.563)	(1.801)	238	-13%
Receita operacional líquida	**207.866**	**172.204**	**35.662**	**21%**

Custos Operacionais

A Companhia encerrou 2025 com os custos operacionais em R$ (246.862) frente a R$ (203.727) em 2024, um aumento de R$ 43.105 ou +21% entre períodos em razão de: (i) redução de R$ 13.220 na rubrica de depreciação e amortização pelo encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa; (ii) redução dos custos de operação e manutenção de R$ 8.351, em razão do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada Neo ocorrido em 2024 e pelo encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa (iii) aumento de (R$ 69.465) referente a provisão de contingência regulatória na controlada NEO; e (iv) redução de R$ 2.639 em seguros principalmente pelo encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa .

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Depreciação e Amortização	(73.683)	(86.903)	13.220	-15%
Operação e Manutenção	(67.808)	(76.159)	8.351	-11%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(19.061)	(19.251)	190	-1%
Energia Elétrica - Lastro	-	(244)	244	-100%
Salários e encargos	(6.384)	(8.053)	1.669	-21%
Seguros	(3.667)	(6.306)	2.639	-42%
(Provisão) reversão de passivos contingentes	(69.465)	-	(69.465)	0%
Outros custos	(6.764)	(6.811)	47	-1%
Total custos operacionais	**(246.832)**	**(203.727)**	**(43.105)**	**21%**

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2025, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 16.239 frente a R$ 15.752 em 2024, uma variação de R$ 487 mil ou +3%. A variação em serviços de terceiros refere-se a despesas adicionais em razão da necessidade da contratação, na controlada NEO, de assessores técnicos e financeiros para subsidiar a reorganização societária em curso no exercício de 2024, quanto a rubrica de pessoal a variação é em razão da reversão de despesas em 2024, de bônus no exercício de 2023, constituição 100% do quadro da diretoria a partir de maio/2024, e reclamações trabalhistas.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Serviços de terceiros	(6.799)	(8.661)	1.862	-21%
Depreciação	(179)	(733)	554	-76%
Pessoal e administradores	(8.098)	(4.199)	(3.899)	93%
Outras despesas	(1.163)	(2.159)	996	-46%
Total despesas gerais e administrativas	**(16.239)**	**(15.752)**	**(487)**	**3%**

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas apresentou uma variação expressiva nos exercícios, ocorrido principalmente por: (i) ressarcimento de glosa da controlada NEO no valor de R$ 614 e (ii) reversão de provisão de passivos contingentes, que tiveram alterações de prognósticos no exercício de 2024 da controlada NEO.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Ressarcimento de glosa	614	-	614	0%
(Provisão) reversão de impairment	(262)	(2.847)	2.585	-91%
(Provisão) reversão de passivos contingentes	(1.351)	20.635	(21.986)	-107%
Outras receitas (despesas)	91	1.846	(1.755)	-95%
Total outras receitas e despesas operacionais	**(908)**	**19.634**	**(20.542)**	**-105%**

EBITDA

Em 2025, a Companhia atingiu EBITDA de R$ 16.254 frente a R$ 64.478 em 2024, uma redução de (R$ 48.224) ou -75%. A redução do EBITDA foi impactada pela variação das receitas e despesas financeiras líquidas frutos de acordos realizados com os credores Spesi e Celos da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 18) e pela reversão da UTE Cristiano Rocha ocorrida em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

EBITDA	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Prejuízo do exercício	**(14.711)**	**(44.057)**	**29.346**	**-67%**
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	(49.789)	19.003	(68.792)	-362%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	8.387	(2.587)	10.974	-424%
(+) depreciação, amortização e exaustão	72.367	92.119	(19.752)	-21%
EBITDA	**16.254**	**64.478**	**(48.224)**	**-75%**
Margem EBITDA	**8%**	**37%**		***-30 p.p.***

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R$ 839.660, montante -43% menor ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 de R$ 1.467.813. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com um saldo de R$ 239.607 versus R$ 607.220 em 31 de dezembro de 2024, uma redução de (R$ 367.663), impactada também pelos acordos firmados com credores da controlada indireta Raesa, com isso, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano de 2025 com um saldo de R$ 600.053, uma variação de R$ 260.490 em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 de R$ 860.543.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	**239.607**	**607.270**	**(367.663)**	**-61%**
Caixa	128	1.445	(1.317)	-91,1%
Aplicações Financeiras	239.479	605.825	(366.346)	-60,5%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	**839.660**	**1.467.813**	**(628.153)**	**-43%**

Debêntures

No exercício de 2025, o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R$ 25.224 (R$ 23.052 em 31 de dezembro de 2024), sendo 100% contabilizado no passivo circulante em razão do vencimento das debêntures ocorrido em 1º de julho de 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2025 atingiu o saldo líquido positivo de R$ 49.790, estando R$ 68.793 ou -362% acima do saldo negativo apurado em 2024 de R$ 19.003.

As principais variações apuradas entre os exercícios foram: (i) redução de R$ (67.793) decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente ao encerramento da receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre Raesa e Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1) e (ii) acréscimo em outras receitas financeiras em razão, principalmente, do desconto obtido através do acordo firmado com o credor Celos (vide Nota Explicativa nº 18.2) no valor de R$ 50.549.

Já em relação a despesa financeira, as variações mais relevantes entre os exercícios foram: (i) R$ 68.099 em juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos em função dos acordos realizados com a Celos e Spesi; (ii) acréscimos de R$ (1.492) relativo a acréscimos contratuais fruto de parcelamentos com fornecedores da controlada indireta Raesa junto à Vibra Energia (vide Nota Explicativa nº16); e (iii) redução de R$ 6.738 em outras despesas financeiras refere-se principalmente ao evento não recorrente do IOF da controlada Multiner ocorrido no exercício de 2024 no valor de R$ 5.536.

	31.12.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira	65.031	54.694	10.337	18,9%
Receita e juros de arrendamento financeiro	36.447	104.240	(67.793)	-65,0%
Bônus adimplência	7.214	7.961	(747)	-9,4%
Outros juros ativos	4.696	918	3.778	411,5%
Outras receitas financeiras	51.627	1.926	49.701	2580,5%
Total receitas financeiras	**165.015**	**169.739**	**(4.724)**	**-3%**
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(78.901)	(147.000)	68.099	-46,3%
Acréscimos contratuais	(20.316)	(18.824)	(1.492)	7,9%
Atualização de arrendamentos	(2.768)	(2.959)	191	-6,5%
Provisão para desmobilização	(3.679)	(3.660)	(19)	0,5%
Outras despesas financeiras	(9.562)	(16.299)	6.737	-41,3%
Total despesas financeiras	**(115.226)**	**(188.742)**	**73.516**	**-39%**
Total resultado financeiro	**49.789**	**(19.003)**	**68.792**	**-362%**

Eventos Subsequentes

Em 12 de fevereiro de 2026 a Brasilterm Energia S.A. (Brasilterm Energia ou compradora) celebrou com o Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (FIP Multiner ou vendedor) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (Contrato), como intervenientes anuentes: Multiner S.A.(Multiner), Mesa Participações S.A. (Mesa), Bolognesi Energia S.A. (Bolognesi), Ronaldo Marcelio Bolognesi e Hidrotérmica S.A. (Hidrotérmica).

O vendedor é titular de: (a) 3.788.360 (três milhões, setecentas e oitenta e oito mil e trezentas e sessenta) ações ordinárias, 311.344 (trezentas e onze mil e trezentas e quarenta e quatro) ações preferenciais classe A, e 6.532.211 (seis milhões, quinhentas e trinta e duas mil e duzentas e onze) ações preferenciais classe B, todas emitidas pela Multiner, representativas de 72,22% (setenta e dois vírgula vinte e dois por cento) do capital social total da Multiner e correspondentes à integralidade da participação societária detida pelo Vendedor no capital social da Multiner; e (b) 1 (uma) ação ordinária de emissão da Mesa, que lhe assegura os mesmos direitos políticos que detém em Multiner, e correspondente à integralidade da participação societária detida pelo Vendedor no capital social da Mesa.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A, e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Multiner | GTB51347

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1.1, que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulados de R$ 1.527.129 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R$ 215.255 mil e consolidado de R$ 225.735 mil, e naquela data, o passivo circulante individual excedia o ativo circulante individual em R$ 26.648 mil e consolidado em R$ 9.044 mil. A referida Nota Explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de a subsidiária da Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas ("*covenants*"), que estão em fase de negociação com os credores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Processo de arbitragem – reorganização financeira (Nota Explicativa nº 1.2)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.2, em 05 de abril de 2022 foi proferida sentença arbitral definitiva rejeitando os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento ("Contrato de Reorganização") apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. ("Partes"), determinando a manutenção do Contrato e o cumprimento das obrigações previstas.

Em agosto de 2022, as Partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas. Posteriormente, em abril de 2024, foi celebrado o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, visando estruturar a solução extrajudicial necessária ao processo de desinvestimento do FIP, com suspensão temporária das demandas judiciais, arbitrais e extrajudiciais pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis.

Os efeitos desse Instrumento foram prorrogados em 2025 por meio de aditivo que estendeu sua vigência até 31 de março de 2025, permanecendo condições precedentes que deveriam ser satisfeitas para a plena eficácia da transação.

Adicionalmente, conforme divulgado, em 17 de setembro de 2025 foi convocada Assembleia Geral Extraordinária de cotistas do FIP, encerrada em 02 de fevereiro de 2026, na qual se aprovou a alienação da totalidade das ações detidas pelo FIP, autorizando a celebração do respectivo contrato de alienação.

Esse conjunto de eventos envolve elevada complexidade jurídica e contratual, incertezas associadas ao desfecho final das tratativas e potenciais impactos relevantes na posição patrimonial, na continuidade das relações contratuais e nas divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Dada sua relevância e o grau de julgamento requerido pela administração para tratamento contábil e divulgação, o tema exigiu atenção significativa de nossa equipe de auditoria durante os trabalhos do exercício de 2025.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Multiner | GTB51347

Mesmo que a conclusão formal do processo tenha ocorrido em 02 de fevereiro de 2026, os eventos subsequentes analisados são diretamente relacionados a condições existentes em 2025, influenciando as avaliações e divulgações relativas àquele exercício, em conformidade com a NBC TA 560 – Eventos subsequentes.

Por esses motivos, o tema foi considerado um Principal Assunto de Auditoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros procedimentos, a realização da leitura e análise dos documentos relacionados ao procedimento arbitral e alienação das ações da Companhia, incluindo:

- a sentença arbitral proferida em 1º de fevereiro de 2022;
- a decisão complementar proferida em 05 de abril de 2022;
- o Termo de Compromisso firmado em 29 de agosto de 2022;
- o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, firmado em abril de 2024;
- os aditivos celebrados em 08 de janeiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025 ao Instrumento de Transação, por meio dos quais foi prorrogado o prazo do Termo de Compromisso até 1º de março de 2025, com vistas ao encerramento integral das relações societárias e creditícias entre as partes, bem como à resolução de todas as demandas judiciais ou extrajudiciais existentes ou potenciais; e
- ata da Assembleia Geral Extraordinária de cotistas do FIP ocorrida em 17 de setembro de 2025, cujo encerramento se deu em 02 de fevereiro de 2026, na qual foi aprovada a alienação da totalidade das ações objeto das negociações, bem como autorizada a celebração do respectivo contrato de alienação.

Análise de impactos contábeis decorrentes desses assuntos na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Multiner | GTB51347

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Multiner | GTB51347

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Multiner | GTB51347

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	51	239.607	607.270
Contas a receber	5	-	-	24.240	69.443
Tributos a recuperar	7	275	293	25.926	17.728
Arrendamento financeiro	9.1	-	-	-	22.463
Estoques	10	-	-	6.399	22.186
Despesas antecipadas	20.1	37	58	495	2.522
Adiantamento a fornecedores	6	16	9	1.797	3.541
Outros créditos ativo	20.1	215	216	215	230
Total ativo circulante		**557**	**627**	**298.679**	**745.383**
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	-	-	67.436	60.718
Depósitos judiciais	20.1	8.148	7.100	8.755	8.944
Partes relacionadas	8.1	412.778	410.361	408.141	408.117
Outros créditos	20.1	4.432	3.321	2.241	3.321
Depósitos vinculados	14	-	-	107.011	149.069
Propriedade para investimento	11	3.444	3.443	3.444	3.443
Investimento	13.1	4.695	4.971	-	-
Imobilizado	15	166	193	477.864	540.408
Intangível	12	216	133	50.035	59.858
Ativo de direito de uso	9.2	-	-	10.461	12.227
Total ativo não circulante		**433.879**	**429.522**	**1.135.388**	**1.246.105**
Total ativo		**434.436**	**430.149**	**1.434.067**	**1.991.488**

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

multiner

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	37	137	7.217	10.919
Obrigações sociais e trabalhistas	20.2	1.501	159	2.141	761
Obrigações tributárias	17.1	443	439	2.376	8.371
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	123.095	1.012.125
Debêntures	18	25.224	23.052	25.224	23.052
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	360	874
Outras obrigações	20.2	-	52	147.310	150.450
Total passivo circulante		**27.205**	**23.839**	**307.723**	**1.206.552**
Passivo não circulante					
Fornecedores	16	-	-	172.397	152.086
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	691.341	432.636
Obrigações tributárias	17.1	-	-	5.153	-
Tributos diferidos	17.2	-	-	22.850	26.538
Passivos contingentes	22	-	831	75.756	4.191
Partes relacionadas	8.1	106.430	87.091	302.585	302.132
Provisão para perda de investimento	13.1	516.056	517.416	9.183	9.180
Provisão para desmobilização de ativos	19	-	-	56.026	50.138
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	16.788	17.076
Outras obrigações	20.2	-	-	-	1.983
Total passivo não circulante		**622.486**	**605.338**	**1.352.079**	**995.960**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	21				
Capital social		855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital		543.916	543.916	543.916	543.916
Ajuste de avaliação patrimonial		(87.870)	(87.870)	(87.870)	(87.870)
Prejuízos acumulados		(1.527.129)	(1.510.902)	(1.527.129)	(1.510.902)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos acionistas controladores		**(215.255)**	**(199.028)**	**(215.255)**	**(199.028)**
Acionistas não controladores		-	-	(10.480)	(11.996)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(215.255)**	**(199.028)**	**(225.735)**	**(211.024)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**434.436**	**430.149**	**1.434.067**	**1.991.488**

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional bruta		**-**	**-**	**234.909**	**209.396**
Deduções da receita operacional bruta		-	-	(27.043)	(37.191)
Receita operacional líquida	23	**-**	**-**	**207.866**	**172.205**
Custos operacionais	24	-	-	(246.832)	(203.727)
Resultado bruto		**-**	**-**	**(38.966)**	**(31.522)**
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	25.1	(5.277)	(2.469)	(16.239)	(15.752)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.2	888	(766)	(908)	19.634
Resultado de equivalência patrimonial	13	178	(26.471)	-	(1)
Total receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(4.211)**	**(29.706)**	**(17.147)**	**3.881**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(4.211)**	**(29.706)**	**(56.113)**	**(27.641)**
Receitas financeiras	26	997	1.901	165.015	169.739
Despesas financeiras	26	(13.013)	(16.119)	(115.226)	(188.742)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(12.016)**	**(14.218)**	**49.789**	**(19.003)**
Resultado antes dos impostos		**(16.227)**	**(43.924)**	**(6.324)**	**(46.644)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	-	-	(22.860)	(4.133)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	3.687	3.687
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	27	-	-	10.786	3.033
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas		**(16.227)**	**(43.924)**	**(14.711)**	**(44.057)**
Prejuízoo líquido do exercício atribuído aos sócios controladores		(16.227)	(43.924)	(16.227)	(43.924)
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos sócios não controladores [1]		-	-	1.516	(133)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício	(16.227)	(43.924)	(14.711)	(44.057)
Resultado abrangente total	**(16.227)**	**(43.924)**	**(14.711)**	**(44.057)**
Resultado atribuido aos:				
Acionistas controladores	(16.227)	(43.924)	(16.227)	(43.924)
Acionistas não controladores	-	-	1.516	(133)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de capital						
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.466.978)**	**(155.104)**	**(11.863)**	**(166.967)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(43.924)	(43.924)	(133)	(44.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.510.902)**	**(199.028)**	**(11.996)**	**(211.024)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.227)	(16.227)	1.516	(14.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.527.129)**	**(215.255)**	**(10.480)**	**(225.735)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

multiner

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(16.227)**	**(43.924)**	**(6.324)**	**(46.644)**
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	(178)	26.471	3	-
Juros ativos sobre operações de mútuos	8.1	-	-	-	(7.131)
Juros passivos sobre operações de mútuos	8.1	10.598	7.131	-	7.131
Juros sobre debêntures	18	2.181	2.762	2.181	2.762
Juros ativos s/ empréstimos e financiamentos - CCBs	18	-	-	75.867	97.593
Variação monetária sobre debêntures	18	(9)	506	(9)	506
Variação monetária sobre empréstimos	18	-	-	2.587	46.300
Variação monetária outras		-	-	2.743	2.959
IOF sobre operações de mútuos		-	-	-	(2.889)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	(3.688)	(1.100)
Amortização de custo de transação	18	-	-	1.560	1.927
Depreciação e amortização	12 e 15	27	31	72.367	92.119
Amortização arrendamento - Direito de uso	9.2	(83)	-	1.766	1.485
Provisão (reversão) para contingências	25.1	(831)	786	71.565	(21.466)
Atualização de provisão para desmobilização de ativo	19	-	-	5.888	5.280
Desconto obtido	18.2	-	-	(50.549)	-
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber	5	-	-	45.203	716
Tributos a recuperar	7	18	17	(14.916)	20.804
Despesas antecipadas	20.1	21	129	2.027	(1.294)
Adiantamento a fornecedores	6	(7)	88	1.744	(168)
Depósitos judiciais	20.1	(1.048)	(1.933)	189	(3.492)
Estoque de peças	10	-	-	15.787	2.961
Outros créditos de ativos	20.1	(1.110)	(998)	1.095	4.838
Fornecedores	16	(100)	73	16.609	7.463
Obrigações tributárias	17.1	4	(59)	(9.229)	(639)
Obrigações sociais e trabalhistas	20.2	1.342	(354)	1.380	(401)
Outras obrigações	20.2	(52)	(153)	(5.123)	71.720
Serviços compartilhados	8.1	(2.407)	(2.858)	453	(3.281)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	18	-	-	(75.770)	(76.187)
Amortização do arrendamento financeiro	9.1	-	-	22.463	43.251
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**(7.861)**	**(12.285)**	**177.870**	**245.123**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	15	-	-	-	(227)
Aquisição empréstimo		-	-	-	89.152
Aquisição de intangível	12	-	(113)	-	(125)
Depósitos vinculados - contas reserva	14	-	794	42.058	(10.971)
Propriedade de investimento		(1)	(58)	(1)	(58)
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos		**(1)**	**623**	**42.057**	**77.771**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamento mercantil	9.2	-	-	(3.570)	(3.679)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	8.1	(10)	(12)	-	(4.403)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	8	2.175	2.382	-	2.382
Empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	8.1	5.660	8.190	-	8.190
Transferência de partes relacionadas para empréstimo		-	-	-	(89.152)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	18	-	-	(584.020)	(65.279)
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**7.825**	**10.560**	**(587.590)**	**(151.941)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(37)**	**(1.102)**	**(367.663)**	**170.953**
Saldo no início do exercício	4	51	1.153	607.270	436.317
Saldo no final do exercício	4	14	51	239.607	607.270
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(37)**	**(1.102)**	**(367.663)**	**170.953**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

multiner

Multiner S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas		**888**	**(763)**	**134.549**	**228.502**
Venda de energia	23	-	-	207.866	209.396
Outras receitas		57	-	707	45
(Provisão) reversão para contingências		831	(821)	(70.815)	10.076
(Provisão) reversão para perda	24.1 (ii)	-	58	(3.209)	8.985
Insumos adquiridos por terceiros		**(1.981)**	**(1.003)**	**(113.928)**	**(133.014)**
Serviços de terceiros		(1.874)	(1.044)	(68.406)	(76.065)
Materiais e outros		(107)	41	(45.522)	(55.060)
Perda/recuperação valores ativos		-	-	-	(1.889)
Valor adicionado bruto		**(1.093)**	**(1.766)**	**20.621**	**95.488**
Retenções		**(114)**	**(29)**	**(61.569)**	**(76.163)**
Depreciação e amortização	12 e 15	(114)	(29)	(61.569)	(76.163)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		**(1.207)**	**(1.795)**	**(40.948)**	**19.325**
Valor adicionado recebido em transferência		**1.175**	**(24.570)**	**165.015**	**169.740**
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	178	(26.471)	-	-
Receitas financeiras	25	997	1.901	165.015	169.740
Valor adicionado a distribuir		**(32)**	**(26.365)**	**124.067**	**189.065**
Distribuição do valor adicionado		**(32)**	**(26.365)**	**124.067**	**189.065**
Pessoal		**2.989**	**1.166**	**12.029**	**10.645**
Remuneração direta		856	477	5.868	5.270
FGTS		16	10	327	283
Benefícios		104	68	2.319	2.044
Honorários dos administradores		2.013	611	3.515	3.048
Tributos		**193**	**205**	**3.535**	**27.898**
Federais		193	-	5.533	43
Diferido		-	-	(3.687)	(3.687)
Estaduais		-	-	278	52.991
Municipais		-	205	1.411	(21.449)
Remuneração de capitais de terceiros		**13.013**	**16.188**	**123.214**	**194.579**
Aluguéis		-	69	7.989	5.838
Despesas financeiras	25	13.013	16.119	115.225	188.741
Remuneração de capitais próprios		**(16.227)**	**(43.924)**	**(14.711)**	**(44.057)**
Prejuízo líquido do exercício		(16.227)	(43.924)	(16.227)	(43.924)
Participação dos não controladores		-	-	1.516	(133)
Valor adicionado distribuído		**(32)**	**(26.365)**	**124.067**	**189.065**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: **(i)** 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela *Planner* Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: **(i)** Ações Ordinárias: 51,91% detidas pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detidas pelo FIP Multiner; e **(ii)** Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em **(i)** usinas de geração de energia termoelétrica a gás natural ("UTE") e **(ii)** usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, possuem 151,80 MWh[1] de capacidade instalada (243,55 MWh[1] e capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024).

[1] Informação não financeira não auditada

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução n 663	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução n 663	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

Término do contrato de suprimento de energia da controlada indireta Raesa

A controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("Raesa") foi detentora do direito de uso da usina de geração de energia termelétrica a gás natural através da UTE Cristiano Rocha, que por sua vez, integra o sistema elétrico de Manaus como produtor independente através de outro Grupo Econômico, suprindo energia elétrica à distribuidora local Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas GT"), subsidiária integral das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), sucessora da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O contrato celebrado em 20 de maio de 2005, com prazo de vigência de 20 anos, com a controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("Raesa"), na qualidade de contratada, com a então contratante Manaus Energia S.A., atual "Eletronorte", na modalidade *Build, Operate and Transfer* (BOT), previu, ao término contratual, a transferência ao contratante do ativo e de todos os equipamentos de conexão da usina.
O referido contrato terminou em 20 de maio de 2025, quando o empreendimento e seus ativos foram revertidos na totalidade ao patrimônio da contratante

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R$ 215.255 (R$ 199.028 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R$ 225.735 (R$ 211.024 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R$ 1.527.129 (R$ 1.510.902 em 31 de dezembro de 2024), e capital circulante líquido negativo individual de R$ 26.648 (R$ 23.212 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R$ 9.044 (R$ 461.169 em 31 de dezembro de 2024), em virtude, dentre outros motivos, da quitação de contrato com a Celos e quitação parcial da Spesi do endividamento da controlada indireta Raesa, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição final envolve acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2 Processo de arbitragem – Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de **(i)** não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e **(ii)** envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

No exercício de 2024, diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R$ 302.132, conforme Notas Explicativas nºs 1.4 e 8.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas às debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP") iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação.

Em 08 de janeiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025, foram celebrados aditivos ao Instrumento de Transação, prorrogando o prazo do Termo de Compromisso até 1º de março de 2025, com vistas ao encerramento integral das relações societárias e creditícias entre as partes, bem como de todas as demandas judiciais ou extrajudiciais existentes ou potenciais.

Em 17 de setembro de 2025, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária de cotistas do FIP, cujo encerramento ocorreu em 02 de fevereiro de 2026, tendo sido aprovada a alienação da totalidade das ações objeto à Compradora, bem como autorizada a celebração do respectivo Contrato.

Em 12 de fevereiro de 2026, a Brasilterm Energia S.A. ("Compradora") celebrou com o Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vendedor") o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com condição precedente, tendo como intervenientes anuentes Multiner S.A., Mesa Participações S.A., Bolognesi Energia S.A., Ronaldo Marcellio Bolognesi e Hidrotérmica S.A.

O Vendedor era titular de:

(a) 3.788.360 ações ordinárias, 311.344 ações preferenciais classe A e 6.532.211 ações preferenciais classe B de emissão da Multiner, representativas de 72,22% do capital social total; e
(b) 1 ação ordinária de emissão da Mesa, correspondente à totalidade de sua participação naquela sociedade.

O Contrato prevê que com o fechamento da operação extingue, em definitivo, a possibilidade de exigência da obrigação de aporte pela Bolognesi e Brasilterm Energia determinada nos termos da sentença arbitral, mediante subscrição e integralização de novas ações da Multiner, dos seguintes valores:

(i) R$ 100.000 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2016 e, a partir de então, pela taxa Selic; e

(ii) R$ 125.921 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e um mil reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2021 e, posteriormente, pela taxa Selic.

Sujeito à satisfação da Condição Precedente, nos termos previstos no referido Contrato, o preço total, final e fixo de aquisição da totalidade das Ações Objeto do Contrato foi de R$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), a ser pago na Data de Fechamento, sendo:

(i) R$ 119.999 a título de aquisição das ações da Multiner; e

(ii) R$ 1.000 a título de aquisição da ação da Mesa.

Em 11 de março de 2026, foi publicado o Despacho da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) n° 278, Ato de Concentração n°08700.001507/2026-42, aprovando, sem restrições, a operação de venda das ações da Multiner e da Mesa, detidas pelo FIP MULTINER, para a Brasilterm Energia. O fechamento da operação, com a transferência das ações e o pagamento, ocorreu dia 27 de março de 2026.

1.3 Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em conformidade com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, composto por um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e de controle, com o objetivo de fortalecer as boas práticas de governança corporativa e assegurar a adequada conformidade dos processos internos. Essas iniciativas visam, ainda, aprimorar a eficiência na prevenção e no combate a fraudes. Com esse propósito, ao final de 2016 foi instituída a área de Compliance, que se reporta diretamente à Alta Administração da Companhia. Essa área é responsável pela supervisão das atividades de controle, pela avaliação de sua eficácia, pela aplicação de testes nos controles internos, pela condução do processo de auditoria interna, bem como pelo acompanhamento das ações de remediação relacionadas às não conformidades e

fragilidades identificadas.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, a Companhia vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os *stakeholders*, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia dispõe, ainda, do Canal da Ética, um serviço de comunicação independente destinado ao recebimento de relatos relacionados a ações, práticas ou condutas em desacordo com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. Os registros são recebidos e tratados por uma empresa especializada e independente, o que assegura o sigilo, a confidencialidade e o tratamento adequado das informações. Após o recebimento, os relatos são encaminhados à área de Compliance, responsável pela condução do processo de apuração, conforme as diretrizes e a delegação estabelecidas pelo Conselho. Como complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia mantém um Comitê de Ética, composto por representantes de diferentes áreas, cujas atribuições incluem a análise dos resultados das investigações, a deliberação e aplicação de medidas corretivas, quando cabíveis, bem como a revisão e atualização contínua do Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 07 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.4 Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner), Postalis e Spesi (NEO e Raesa) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A. controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito as negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 30 de março de 2026.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui em **(i)** usinas de geração de energia termoelétrica a gás natural ("UTE") através da através da Central Termelétrica Cristiano Rocha ("UTE Cristiano Rocha"), localizada na Rua Maria Julia Pimentel, nº 1.350, zona rural de Manaus – AM, Brasil. constituída de cinco unidades moto geradoras bicombustíveis a gás e capacidade instalada de 91,75 MW*, que foram revertidos em 20 de maio de 2025 com o encerramento do contrato (vide Nota Explicativa nº 1) e **(ii)** usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, a partir do parque eólico localizado em Guamaré/RN das Usinas de Energia Eólica "UEE Alegria I" e "UEE Alegria II", que compõe, em conjunto, a New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"), com capacidade instalada total de 151,80 MW[1], sendo a UEE Alegria I, com capacidade instalada de 51,15 MW[1] e 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010; e a UEE Alegria II, com capacidade instalada de 100,65 MW[1] e 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011;

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

[1] Informação não-financeira não auditada

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e materiais, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Vide Nota Explicativa nº 4 para detalhes do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

c) Contas a receber

Correspondem aos valores pela transação de venda de energia elétrica e ao ressarcimento da Conta de Consumo Combustível (CCC-Isol), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5, e são registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais e deduzidas da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. Em decorrência ao reprocessamento parcial do CCC-Isol por parte do agente regulador durante o exercício de 2023 a controlada indireta Raesa reverteu as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os valores recebidos.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

d) Estoques

O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição para o maquinário de operação da Companhia e são demonstrados pelo valor de custo (vide Nota Explicativa nº 10). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade; ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação. Essa classificação é feita anualmente pela área técnica e validada pela gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição de provisão para obsolescência e/ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques.

e) Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados apresentados no ativo não circulante e detalhados na Nota Explicativa nº 14, são aplicações financeiras de Certificado de Depósitos Bancários (“CDB”) firmados em garantias de contratos de financiamento que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívidas assumidos pela Companhia. Essas aplicações possuem rendimento monetário, conforme taxa contratual.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relativos à aquisição ou construção dos ativos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia.

Considerando que a controlada indireta Raesa utilizou os ativos enquanto houve contrato de suprimento de energia, firmado entre as partes em maio de 2005, ocorreu em 20 de maio de 2025 a reversão da UTE Cristiano Rocha para Centrais Elétricas do Norte S.A ("Eletronorte"), a vida útil estimada foi limitada a maio de 2025, quando se encerrou esse contrato.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos (vide Nota Explicativa nº 15).

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

j) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

l) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso do ativo. A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é, ou contém, um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização do ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transferir o direito de uso do ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

Arrendador

A caracterização de um contrato como, ou se ele contém, um arrendamento mercantil financeiro em relação ao arrendador, está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução.

Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços.

Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e devem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida.

Os equipamentos e edificações pertencentes a Companhia se caracterizavam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de (5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024) a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho de 2022, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Não há valores residuais estimados no cálculo do investimento bruto do arrendador devido a reversão de contrato da controlada indireta Raesa (Nota Explicativa nº 9).

m) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os empréstimos são classificados como passivo circulante, caso contrário será classificado no passivo não circulante a menos que a Companhia tenha a obrigação de liquidação antecipadamente.

n) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço: o ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e Cofins não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras.

o) PIS e Cofins sobre receitas financeiras

As Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, as quais versam sobre o regime não cumulativo do PIS e da Cofins, definem que a base de cálculo será a receita bruta, incluindo-se a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Desta forma, as receitas financeiras da Companhia são tributadas pelo PIS e a Cofins, neste regime.

Alíquotas a partir de 1º de julho de 2015, do PIS e Cofins sobre receitas financeiras, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, são de 0,65% e 4%, respectivamente.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não constitui imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social devido a não possuir previsão de expectativa de sua realização. Essa avaliação tem por base estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à sua adequação.

q) Reconhecimento de receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de arrendamento financeiro

O reconhecimento do arrendamento mercantil da Companhia se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2025 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamento, descontados dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira, juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração de resultado, no grupo de Receitas Financeiras (conforme Nota Explicativa nº 26).

Receita de Operação e Manutenção – O&M

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica estabelecidos no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços da controlada indireta Raesa que teve seu contrato encerrado em 20 de maio de 2025 (conforme Nota Explicativa nº 23).

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Passivos contingentes e outros

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas, anualmente, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

s) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas

t) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado como não circulante

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 15)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de "*impairment*" dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

b) Reconhecimento de provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 22)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

c) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2025:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, destacamos as alterações a seguir:

- CPC 02 (IAS 21) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Principal alteração: falta de permutabilidade).

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas revisadas e emitidas e ainda não adotadas:

- CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade; e
- CBPS 02 - Divulgações Relacionadas Ao Clima.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, novas normas revisadas e emitidas e ainda não adotadas:

- CPC 48 (IFRS 21) - Instrumentos Financeiros (Principal alteração: Classificação e mensuração de instrumentos financeiras);

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências

3.2 Entidades do Grupo

Controladas diretas
As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Participação acionária	
	31/12/2025	31/12/2024
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO")	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("Raesa") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na Raesa em 31 de dezembro de 2025. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na Raesa é de 96,04%.

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Controlada indireta - Multiner S.A.	Participação acionária	
	31/12/2025	31/12/2024
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	96,04%	96,04%

Controlada em conjunto - ("joint ventures")

Controlada em conjunto	Participação acionária	
	31/12/2025	31/12/2024
Companhia Energética do Uruguai S.A. – ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A Companhia é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica e socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Bancos	12	47	128	1.445
Aplicação financeira (i)	2	4	239.479	605.825
Total	**14**	**51**	**239.607**	**607.270**

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 101,02% do CDI em 31 de dezembro 2025 (100,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	-	41.862
Empresa Brasileira de Part. em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ii)	24.270	26.131
Outras contas a receber	2.879	4.753
(-) Perdas Estimadas com créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (iii)	(2.909)	(3.303)
Total	**24.240**	**69.443**

(i) Recebível da controlada indireta Raesa refere-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2024 liquidados em janeiro e fevereiro de 2025, respectivamente;

(ii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de outubro a dezembro de 2025, a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2026, respectivamente; e

(iii) O valor da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, refere-se a, R$ 393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) na controlada indireta Raesa que foram revertidos em maio de 2025 quando findou o contrato de suprimento de energia e R$ 2.909 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativa à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, apresentados em outras contas a receber.

5.1. Movimentação do PECLD

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**3.303**	**3.303**
Reversão	(394)	-
Saldo final	**2.909**	**3.303**

6. Adiantamento a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	15	9	1.583	2.939
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	195	602
Outros adiantamentos	1	-	19	-
Total	**16**	**9**	**1.797**	**3.541**

(i) Refere-se, principalmente, a adiantamentos com o fornecedor da controlada NEO, referente à aquisição de peças para reparo nas pás; e

(ii) A variação refere-se principalmente a baixa de adiantamento a fornecedores da controlada indireta Raesa.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
IRPJ / CSLL (i)	189	123	69.679	50.107
IRRF (ii)	-	42	690	7.007
COFINS (iii)	66	103	18.661	17.375
PIS (iii)	19	24	4.151	3.773
Outros impostos a recuperar	1	1	181	184
Total	**275**	**293**	**93.362**	**78.446**
Circulante	275	293	25.926	17.728
Não circulante	-	-	67.436	60.718

(i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada indireta Raesa que detém de R$ 48.213 (R$ 47.856 em 31 de dezembro de 2024) de créditos dos períodos de 2009 a 2024 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e retenções de órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R$ 37.266 (R$ 24.236 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até dezembro de 2025, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R$ 402 (R$ 276 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL , os quais estão em PER/DCOMP e R$ 10.403 relativos a créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL de 2024.sendo utilizados conforme são apurados os débitos no exercício. Já referente a controlada NEO os saldos negativos, apurados através do sistema de apuração lucro real estimativa, sendo para IRPJ o montante de R$ 16.106 (R$ 6.512, em 31 de dezembro de 2024), bem como para CSLL o montante de R$ 3.270 (R$ 429 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Os valores constantes em IRRF são oriundos, principalmente, da retenção sobre resgates de aplicações financeiras das controladas NEO e Raesa; e

(iii) A controlada indireta Raesa registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a Companhia apurou o montante de contribuições a recuperar de R$ 17.564, acrescidos de atualização pela Selic, saldo corrigido até dezembro de 2025 é de R$ 22.386 (R$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024). Por essas razões a controlada indireta Raesa está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Consolidado
	31.12.2025
2026	25.926
2027	33.718
A partir de 2028	33.718
Total	**93.362**

8. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

8.1 Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2025				31.12.2024		31.12.2025				31.12.2024	
	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar
2007 Participações S.A.	158	-	-	-	148	-	-	-	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	324.617	-	-	-	324.617	-	324.617	-	-	-	324.617	-
Central Energética Palmeiras S.A. (ii)	65.158	-	-	-	65.158	-	65.158	-	-	-	65.158	-
Cia Energética do Uruguai S.A. (iii)	19.256	-	-	-	19.256	-	19.256	-	-	-	19.256	-
Maracanau Geradora de Energia S.A. (iv)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Hidrotérmica S.A. (iv)	-	5	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-
Vêneto Energética S.A. (iv)	-	-	13	-	-	-	-	1	37	-	-	-
Da Ilha Energética S.A.	-	-	69	-	-	-	-	-	261	-	-	-
Criuva Energética S.A.	-	-	6	-	-	-	-	-	24	-	-	-
Serrana Energética S.A.	-	-	8	-	-	-	-	-	30	-	-	-
Boa Fé Energética S.A.	-	-	21	-	-	-	-	-	84	-	-	-
São Paulo Energética S.A.	-	-	4	-	-	-	-	-	17	-	-	-
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar (v)	-	-	-	14.067	-	14.067	-	-	-	14.067	-	14.067
New Energy Options Geração de Energia S.A. (iv)	-	2.628	-	16.314	226	15.093	-	-	-	-	-	-
Postalis - Inst de Seg Soc Correio e Tel Conversivel (vi)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288.065	-	288.065
Rio Amazonas Energia S.A.	-	-	833	75.095	-	57.931	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-	-	-	935	-	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-	-	-	935	-	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. (vii)	33.126	-	-	-	33.126	-	33.126	-	-	-	33.126	-
	444.185	**2.633**	**954**	**105.476**	**444.401**	**87.091**	**442.157**	**24**	**453**	**302.132**	**442.157**	**302.132**
Provisão para valor recuperável												
Bolognesi Energia	(30.104)	-	-	-	(30.104)	-	(30.104)	-	-	-	(30.104)	-
Outras empresas do Grupo (PIII e Cepasa)	(1.513)	-	-	-	(1.513)	-	(1.513)	-	-	-	(1.513)	-
Outras empresas do Grupo (CEU e Montepascoal)	(2.423)	-	-	-	(2.423)	-	(2.423)	-	-	-	(2.423)	-
	(34.040)	**-**	**-**	**-**	**(34.040)**	**-**	**(34.040)**	**-**	**-**	**-**	**(34.040)**	**-**
Total	**410.145**	**2.633**	**954**	**105.476**	**410.361**	**87.091**	**408.117**	**24**	**453**	**302.132**	**408.117**	**302.132**

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	2.633	954	-	-	24	453	-	-
Partes relacionadas	-	105.476	-	87.091	-	302.132	-	302.132
Empréstimos recebidos	410.145	-	410.361	-	408.117	-	408.117	-
Total	**412.778**	**106.430**	**410.361**	**87.091**	**408.141**	**302.585**	**408.117**	**302.132**

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	**324.617**	**324.617**

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme, a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (conforme Nota Explicativa nº 1.2).

(b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado.

(ii) Em setembro de 2014, a Companhia enviou R$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A. coligada do mesmo grupo Econômico, através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2);

(iii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R$ 7.030, mais juros e IOF de R$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R$ 384.

(iv) Saldo de R$ 2.628 apresentado em 31 de dezembro de 2025 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO, (R$ 226 em 31 de dezembro de 2024).

(v) Refere-se à liquidação de debêntures detidas pela Fundiágua em face da controlada Multiner S.A. em conversão de capital, as quais foram declaradas inexigíveis, de acordo com sentença arbitral proferida em abril de 2022;

(vi) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital da controlada NEO, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes (Bolognesi e FIP Multiner), estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em maio de 2022, as partes (Bolognesi e FIP Multiner) firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2, e, dessa forma, a controlada NEO reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a controlada NEO e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores jurídicos;

(vii) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III "PIII" entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2).

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis na controlada NEO e na controlada indireta Raesa e das Debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.2.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o exercício de 2025, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta Raesa referente ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R$ 3.563 (R$ 4.991 em 31 de dezembro de 2024).

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalis (i)	-	-	288.065	288.065
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	75.095	57.931	-	-
New Energy Options Geração de Energia S.A. (ii)	16.314	15.093	-	-
Serviços compartilhados	954	-	453	-
Total	**106.430**	**87.091**	**302.585**	**302.132**

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores; e

(ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Rio Amazonas Energia S.A.	9.356	5.845
New Energy Options Geração de Energia S.A.	2.147	1.286
Total	**11.503**	**7.131**

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Administradores (pró-labore)	2.517	2.104
Conselho de Administração e Fiscal	1.319	1.329
Total	**3.836**	**3.433**

9. Arrendamento

9.1. Arrendamento – Arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e com a Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% até 20 de maio de 2025 (5,73% a.a. em 31 de dezembro de 2024), de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. Em maio de 2025 foram liquidados os saldos de arrendamento, em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha para Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1).

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Leasing financeiro	-	22.463
Total	**-**	**22.463**

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**22.463**	**65.714**
Baixas	-	(2.637)
Receita financeira	315	2.816
Amortização	(22.778)	(43.430)
Saldo final	**-**	**22.463**

O fluxo de pagamento:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Até 1 ano	-	22.463
Total	**-**	**22.463**

A controlada indireta Raesa utilizou os ativos enquanto o contrato de suprimento de energia firmado entre as partes vigorou. A reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia ocorreu em maio de 2025, quando se encerrou o contrato entre Raesa e Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1).

O aumento da amortização (vide Nota Explicativa nº 24 (iv)) deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, e foi alterada para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que findou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

9.2. Arrendamento – Arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Saldo inicial	**-**	**106**	**17.950**	**18.670**
Amortização	-	(106)	(3.570)	(3.679)
Remensuração	-	-	2.768	2.959
Saldo final	**-**	**-**	**17.148**	**17.950**
Circulante			360	874
Não circulante			16.788	17.076

Direito de uso	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.227**
Amortização	(2.111)
Atualização	345
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**10.461**

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030.

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**17.950**	**18.670**
Variação monetária/juros	2.768	2.959
Pagamentos	(3.570)	(3.679)
Saldo final	**17.148**	**17.950**
Circulante	360	874
Não circulante	16.788	17.076

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.
Em 31 de dezembro de 2025, são conforme segue:

	Consolidado				
	Fluxo contratado	**Até 12 meses**	**Até 24 meses**	**Até 36 meses**	**Acima 4 anos**
Passivo de arrendamento	17.148	360	720	1.080	14.988

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R$ 742 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

10. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Estoques (i)	14.749	32.384
Provisão para perdas de estoque (ii)	(8.350)	(10.198)
Total	**6.399**	**22.186**

(i) Do saldo apresentado, R$ 6.399 refere-se ao saldo de peças de manutenção da controlada NEO e R$ 8.350 refere-se ao estoque de peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados com perda estimada com estoque da controlada indireta Raesa. A variação de R$ 17.709 refere-se a reversão do estoque corrente em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1) da controlada indireta Raesa.

(ii) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido à conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural da controlada indireta Raesa.

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	840	840	840
Santa Rita/PB	2.604	2.603	2.604	2.603
Total	**3.444**	**3.443**	**3.444**	**3.443**

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos considerando a reversão do *impairment* no montante de R$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R$ 3.444. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	-	-	49.081	58.897
Software	17	20	755	848
Outros intangíveis	199	113	199	113
Total	**216**	**133**	**50.035**	**59.858**

(i) Refere-se ao intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da controlada NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 20 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2030 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado			
	Projetos	**Software**	**Total**	**PPA 1**	**Software**	**Outros**	**Total**
Saldo inicial	**113**	**20**	**133**	**58.897**	**848**	**113**	**59.858**
Adições	86	-	86	-	-	86	86
Amortização	-	(3)	(3)	(9.816)	(93)	-	(9.909)
Saldo final	**199**	**17**	**216**	**49.081**	**755**	**199**	**50.035**

13. Investimento e provisão para perda de investimentos

13.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de Investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 31/12/2025	**2007 Participações S.A (i)**	**NEO**	**CEU**	**Itapebi**	**Termelétrica Monte Pascoal**	**Termelétrica Pernambuco IV**	**Termelétrica Termopower V**	**Termelétrica Termopower VI**	**Total**
Ativo circulante	203.344	94.762	-	2	14	-	-	-	
Ativo não circulante	217.816	640.508	11.121	22.375	5.762	-	-	-	
Passivo circulante	42.309	237.459	-	133	34	582	1	1	
Passivo não circulante	612.344	718.991	24.055	31.689	1.047	113	8	9	
Receita líquida	13.992	193.874	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	38.174	(35.084)	-	(1.055)	(276)	(65)	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(286.896)	(221.180)	(12.934)	(9.445)	4.695	(695)	(9)	(10)	
Percentual de participação	**96,04%**	**100,00%**	**71,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	**(287.041)**	**(166.795)**	**(9.181)**	**(29.105)**	**-**	**(601)**	**(6)**	**(8)**	**(492.737)**
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	**6.763**	-	-	-	**6.763**
Equivalência patrimonial	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(26.471)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	**(290.299)**	**(186.097)**	**(9.180)**	**(31.190)**	**-**	**(630)**	**(9)**	**(11)**	**(517.416)**
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	**4.971**	-	-	-	**4.971**
Equivalência patrimonial	14.766	(35.085)	(3)	21.747	(276)	(65)	-	-	1.084
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2025	**(275.533)**	**(221.182)**	**(9.183)**	**(9.443)**	**-**	**(695)**	**(9)**	**(11)**	**(516.056)**
Investimento em 31/12/2025	-	-	-	-	**4.695**	-	-	-	**4.695**

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta Raesa.

13.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R$ 9.183.

13.3. Controladora – ativo

	Monte Pascoal
Investimento em 31.12.2024	**4.971**
Equivalência patrimonial	(276)
Investimento em 31.12.2025	**4.695**

14. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

		Consolidado	
	Remuneração	**31.12.2025**	**31.12.2024**
CDBs – BNB (i)	96,15% CDI	33.308	29.135
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	96,15% CDI	5.562	60.502
Daycoval (ii)	100% CDI	45.438	38.451
Bradesco (ii)	100,5% CDI	13.335	11.658
Genial (iii)	100% CDI	6.326	5.629
Conta reserva garantia (ONS) (iv)	98% CDI	3.042	3.694
Total		**107.011**	**149.069**

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente;

(ii) Os saldos das instituições Daycoval e Bradesco referem-se à aplicação financeira em garantia à Carta Fiança emitida por essas instituições em favor do BNB;

(iii) Conta Escrow constituída conforme cláusulas contratuais, vinculada ao credor Celos, em que serão realizados 6 (seis) aportes semestrais, de acordo com a parcela do mês, para resgate ao final do contrato da controlada NEO; e

(iv) O saldo refere-se ao contrato de garantia junto à ONS, das obrigações decorrentes do pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”). Na hipótese de inadimplemento de quaisquer das obrigações assumidas pela controlada NEO, a controlada deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. O saldo em 31 de dezembro de 2024 da conta reserva da controlada indireta Raesa no montante de R$ 1.685 foi liberado em agosto de 2025 em decorrência da reversão do ativo e constituição de nova garantia pelo novo operador do ativo (vide Nota Explicativa nº 1).

15. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

		Controladora			
				31.12.2025	31.12.2024
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	(30)	10	12
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	(675)	156	181
Total		**871**	**(705)**	**166**	**193**

		Consolidado			
				31.12.2025	31.12.2024
Itens	Taxa de Depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	656	-	656	656
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	32,5%	112.570	(109.216)	3.354	23.131
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	4,0%	1.079.543	(632.346)	447.197	487.859
Móveis e utensílios	11,81%	127	(102)	25	39
Custo para Desmobilização (iv)	4,9%	11.337	(6.640)	4.697	5.258
Mais Valia (PPA NEO) (v)	3,3%	30.830	(8.895)	21.935	23.465
Total		**1.235.063**	**(757.199)**	**477.864**	**540.408**

(i) Investimento da controlada indireta Raesa em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural correspondente ao montante de R$ 20.272, zerando o saldo em 20 de maio de 2025 em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 1). A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes;

(ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R$ 42.664 – Itapebi, R$ 1.028 – Monte Pascoal, R$ 10.307 – Termopower V, e R$ 81 – Termopower VI).

(iii) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da controlada NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;

(iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA conforme Nota Explicativa nº 19;

(v) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da controlada NEO no exercício de 2017;

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo inicial	**182**	**11**	**193**
Depreciação	(26)	(1)	(27)
Saldo final	**156**	**10**	**166**

Itens	Consolidado						
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo desmobilização	Terrenos	Mais valia	Total
Saldo inicial	**23.131**	**487.859**	**39**	**5.258**	**656**	**23.465**	**540.408**
Depreciação	(19.777)	(40.662)	(14)	(561)	-	(1.530)	(62.544)
Saldo final	**3.354**	**447.197**	**25**	**4.697**	**656**	**21.935**	**477.864**

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedor nacional (i)	37	137	175.750	158.599
Fornecedor internacional	-	-	1.687	1.675
Outros fornecedores	-	-	2.177	2.731
Total	**37**	**137**	**179.614**	**163.005**
Circulante	37	137	7.217	10.919
Não circulante	-	-	172.397	152.086

(i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente à dívida da controlada indireta Raesa junto à Vibra Energia no montante original de R$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a Raesa dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: R$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última quitada em maio de 2025. Durante o período de janeiro a maio de 2025 foram efetuados pagamentos no montante de R$ 3.804 e reconhecida a atualização financeira por INPC no montante de R$ 12.706 (R$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024).

O pagamento do saldo remanescente de R$ 99.000 está condicionado à obtenção de decisão favorável à Raesa, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a Raesa não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a Raesa efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a Raesa obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R$ 89.000 recebidos até dezembro de 2023. O saldo atualizado do CCC-ISOL em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 170.989 (R$ 154.518 em 31 de dezembro de 2024).

17. Obrigações tributárias e impostos diferidos

17.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IOF a recolher	436	436	457	454
ICMS a recolher (i)	-	-	89	4.285
COFINS a recolher	-	-	319	2.275
PIS a recolher	-	-	68	452
IRRF retido a recolher	1	1	29	46
PCC retido a recolher	6	2	334	175
INSS retido a recolher	-	-	449	531
Outros	-	-	14	-
ISS retido a recolher	-	-	16	93
Parcelamento tributos federais (ii)	-	-	5.754	60
Total	**443**	**439**	**7.529**	**8.371**
Circulante	443	439	2.376	8.371
Não circulante	-	-	5.153	-

(i) A redução do ICMS a recolher ocorreu em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 1); e
(ii) A variação refere-se ao parcelamento ordinário 12337.727.740/2024-11 da controlada indireta Raesa referente a IRPJ e CSLL de 2021 em 115 parcelas iniciando-se em janeiro de 2026.

17.2. Tributos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle e ações da investida NEO a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Tributos diferidos – passivo	22.850	26.538
Total	**22.850**	**26.538**

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
2025	-	3.687
2026	3.787	7.374
2027	19.063	15.477
Total	**22.850**	**26.538**

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2025 é composto da seguinte forma:

				Controladora					
				31.12.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	25.224	25.224	-	23.052	23.052	-
		Total	**3.000**	**25.224**	**25.224**	**-**	**23.052**	**23.052**	**-**

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
Modalidade	Empréstimo	Captação	Passivo	Empréstimo	Captação	Passivo
Debêntures	25.224	-	25.224	23.052	-	23.052
CCBs	581.867	(1.720)	580.147	1.172.003	(2.760)	1.169.243
Financiamento	236.615	(2.326)	234.289	278.363	(2.845)	275.518
Total	**843.706**	**(4.046)**	**839.660**	**1.473.418**	**(5.605)**	**1.467.813**

				Consolidado					
				31.12.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	25.224	25.224	-	23.052	23.052	-
FIDIC (1° emissão) (i)	RAESA	CCBs	138.000	-	-	-	549.270	460.118	89.152
FIDIC (2° emissão) (i)	RAESA	CCBs	54.090	464.749	30.009	434.740	408.136	405.934	2.202
Fundos de Pensão (2° emissão) (i)	RAESA	CCBs	-	-	-	-	53.307	53.307	-
Fundos de Pensão (i)	NEO	CCBs	143.200	117.118	46.806	70.312	161.289	53.256	108.033
Banco do Nordeste do Brasil (ii)	NEO	Financiamento	648.749	236.615	48.000	188.615	278.364	42.270	236.094
		Total	**987.039**	**843.706**	**150.039**	**693.667**	**1.473.418**	**1.037.937**	**435.481**
		Custo de Transação		(4.046)	(1.720)	(2.326)	(5.605)	(2.760)	(2.845)
		Total	**987.039**	**839.660**	**148.319**	**691.341**	**1.467.813**	**1.035.177**	**432.636**

(i) A Companhia mantém as tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Postalis (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nºs 4883, 4884 e 4885. Em 31 de dezembro de 2024 a Faceb foi incorporada pela Néos Previdência Complementar. No primeiro trimestre de 2025, a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Prece (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios. A Companhia em nome da sua controlada Raesa assinou em 07 de julho de 2025 o "Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida com Confissão de Dívida e Outras Avenças" junto ao credor Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial e repactuou as dívidas que já estavam em seus créditos bancários oriundos das Células de Crédito Bancário de emissão de Raesa incluindo as garantias atreladas "("Crédito" ou "CCBs") (Vide detalhamento Notas Explicativas nºs 18.1 e 18.2) e;

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II da controlada NEO.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Financiadores / Credores	Consolidado									
	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo em 31.12.2025	Taxas Originais	Taxas Renegociadas	Data Contratação Original	Data Renegociação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	25.224	9,50% a.a + IGPM	-	31/05/2010	-	31/10/2010	01/07/2016
Spesi	Raesa	CCB	192.090	464.749	10% a.a + IGP-M	5% a.a + IPCA	20/04/2006	11/07/2025	22/09/2009	31/12/2074
Celos	Neo	CCB	20.000	15.995	8% a.a + IGP-M	-	06/05/2008	-	25/06/2010	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	5.000	4.945	9% a.a + IGP-M	-	14/05/2008	-	14/05/2008	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	12.200	2.480	9% a.a + IGP-M	-	01/08/2008	-	01/08/2008	25/08/2028
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	856	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Petros	Neo	CCB	100.000	88.562	9,65% + IGP-M	-	07/05/2008	-	07/05/2008	25/05/2028
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	250.000	82.854	7,5% a.a.	-	22/09/2009	-	22/01/2021	22/09/2029
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	398.749	153.761	7,5% a.a.	-	22/09/2009	-	23/01/2021	23/12/2030
		Total	**987.039**	**843.706**						

18.1. Reestruturação de dívida da controlada indireta Raesa x Spesi

Em 07 de julho de 2025, foi assinado o Termo de Acordo de Reestruturação de dívida com confissão de dívida e outras avenças (“Termo de Acordo”) entre a controlada indireta Raesa e a Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial.

O valor do crédito em 30 de junho de 2025, foi reconhecido pelas partes em R$ 916.150, a qual foi desdobrado em 2 (duas) partes segregadas e autônomas, denominadas “Tranche A” e “Tranche B”, que serão pagas da seguinte maneira:

- O valor da Tranche A é de R$ 496.000 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. e será paga em parcelas trimestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 11 de julho de 2025 e a última em 30 de junho de 2028, da seguinte forma:

  (i) Primeira parcela paga em 11 de julho de 2025 no valor de R$ 460.000; e
  (ii) Doze parcelas trimestrais e sucessivas no valor de R$ 3.000, com início em 30 de setembro de 2025, e as demais sucessivamente a cada trimestre posterior em cada dia 30, equivalente ao total do saldo remanescente da Tranche A, abatidos os pagamentos já realizados.

- O valor da Tranche B é de R$ 420.150 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. até a data em que ocorrer a quitação integral da Tranche A. A partir do dia útil subsequente da quitação da Tranche A, a Tranche B passará a ser atualizada monetariamente pela Taxa T.R. A Tranche B tem o seu vencimento em 31 de dezembro de 2074.

O Termo de Acordo permanece válidas e vigentes todas as garantias, inclusive fidejussórias e reais, já previstas nas CCBs, aditivos e acordos, tais como, mas não limitado ao Penhor de Direitos Creditórios e garantias fidejussórias

18.2. Acordo de dívida da controlada indireta Raesa x Celos

Em 08 de agosto de 2025, foi assinado o Instrumento Particular de Acordo entre a controlada indireta Raesa e a Fundação Celesc de Seguridade Social (“Fundação Celos”). O valor do crédito reconhecido pelas partes na data do acordo foi de R$ 55.925, sendo concedido um desconto de R$ 50.549, resultando assim no pagamento de R$ 5.376 realizado em 12 de agosto de 2025, dando plena, geral, irrevogável e irretratável quitação recíproca das obrigações.

Movimentação Debêntures

	Controladora	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**23.052**	**19.874**
Juros sobre debêntures	2.181	2.672
Variação monetária debêntures	(9)	506
Saldo final	**25.224**	**23.052**

Movimentação empréstimos

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**1.444.761**	**1.440.407**
Pagamento de principal	(584.020)	(65.279)
Pagamento de juros	(75.770)	(75.575)
Juros sobre empréstimos	75.867	96.981
Desconto obtido	(50.549)	-
Variação monetária	2.587	46.300
Amortização de custo de transação	1.560	1.927
Saldo final	**814.436**	**1.444.761**

Cláusulas restritivas – *covenants*

Em decorrência da reestruturação financeira, conforme Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e suas subsidiárias estão negociando junto aos credores para que parte das dívidas consolidadas, ainda remanescentes, sejam convertidas em capital ou alongadas.

As CCBs da controlada indireta Raesa, possuem determinadas cláusulas restritivas que de acordo com a reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado, com exceção das CCBs da Celos Multifuturo Fundo de Investimento Multimercado. A Companhia reforça que existem tratativas de acordo em andamento, todavia ainda não finalizadas, atendendo ao princípio de prudência, as CCBs foram reclassificadas para circulante e, definido o fluxo pós negociação terá seu devido tratamento.

A controlada direta NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de Raesa e NEO;
- alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- aplicações financeiras em NEO;
- penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos empreendimentos de NEO e Raesa;
- penhor das ações da Sociedade de NEO;
- fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- hipoteca do terreno no valor de R$ 630 da controlada indireta Raesa.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2, no que se refere o acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs que se encontram vencidas junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 31 de dezembro de 2025, nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

19. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Provisão para desmobilização	82.284	78.769
(-) AVP do custo de desmobilização	(26.258)	(28.631)
Total	**56.026**	**50.138**

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**50.138**	**44.858**
(+) Atualização monetária do custo	3.515	3.660
(+) Realização do AVP	2.373	1.620
(=) Saldo final	**56.026**	**50.138**

20. Outros créditos e outras obrigações

20.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Despesas antecipadas (i)	37	58	495	2.522
Outros créditos LP - AFAC (ii)	4.432	3.321	2.241	3.321
Depósitos judiciais (iii)	8.148	7.100	8.755	8.944
Outros créditos CP	215	216	215	230
Total outros créditos	**12.832**	**10.695**	**11.706**	**15.017**
Circulante	252	274	710	2.752
Não circulante	12.580	10.421	10.996	12.265

(i) A redução em despesas antecipadas está concentrada na controlada indireta Raesa e refere-se à renovação do seguro operacional ocorrido em 2024 e reversão do contrato em maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1);

(ii) Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital das controladas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da controlada em conjunto CEU, que está em discussão entre os Administradores; e

(iii) Na controladora, o valor de R$ 7.879 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente às transações entre partes relacionadas. No consolidado, o valor de R$ 599 está concentrado na controlada NEO.

20.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
P&D (i)	-	-	9.802	8.608
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	-	-	135.753	135.258
CUST transmissão	-	-	1.644	1.619
Provisões diversas	-	52	112	6.949
Obrigações sociais e trabalhistas	1.501	159	2.140	760
Total outras obrigações	**1.501**	**211**	**149.451**	**153.194**
Circulante	1.501	211	149.451	151.211
Não circulante	-	-	-	1.983

(i) Refere-se à provisão na controlada indireta Raesa para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. Em 1º de julho de 2024 do projeto concluído, foi finalizado e realizado o encontro de contas com ativo de P&D; e

(ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (conforme Nota Explicativa nº 23).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Aquisição da parte acionária da eólica na New Energy Options Geração de Energia S.A.

Em 25 de abril de 2022, a Multiner através de contrato de compra e venda de ações, adquiriu 20% de participação societária pertencente à empresa Eólica Administração e Participações (“Eólica”) e, dessa forma, passou a deter 100% das ações da controlada NEO. Na data da transação a parcela do patrimônio líquido a descoberto relativo aos 20% representavam R$ 37.143. Dessa forma foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial na Multiner no montante de R$ 87.870.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos as ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$ 855.828 integralizado e R$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações. A seguir a composição das ações:

Acionistas	Quantidade		Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
Total	**14.721.297**	**100%**	**7.877.740**	**1**	**1**	**6.532.211**	**311.344**

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferencias de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Referem-se a: **(i)** ágio no valor de R$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e **(ii)** reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R$ 543.916 em 31 de dezembro de 2025.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente a transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R$ 87.870.

e) Resultado por ação

Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes Companhias no mesmo período, bem como, para a mesma Companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.2.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) líquido básico por ação em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Prejuízo por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Prejuízo liquido do exercício	**(16.227)**	**(43.924)**
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
Prejuízo básico por ação		
Prejuízo básico por ação ordinária	(0,00105)	(0,00285)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classes A e B	(0,00116)	(0,00314)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe C	(0,00115)	(0,00311)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe D	(0,00114)	(0,00308)
Composição do Prejuízo		
Prejuízo básico por ação ordinária	(6.815)	(18.448)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classes A e B	(9.412)	(25.476)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe C	-	-
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe D	-	-
Total	**(16.227)**	**(43.924)**

22. Passivos contingentes

22.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais e administrativas com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhista (i)	-	831	108	831
Cível (ii)	-	-	486	419
Fundiário (iii)	-	-	5.114	2.416
Administrativo (iv)	-	-	583	525
Regulatório (v)	-	-	69.465	-
Total	**-**	**831**	**75.756**	**4.191**

(i) As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas.

(ii) A controlada New Energy possui dois processos judiciais de natureza cível. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2025, é provável no valor de R$ 486 (R$ 419 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) A controlada New Energy possui contingências de natureza fundiária. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2025, é provável no valor de R$ 5.114 (R$ 2.416 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) A controlada New Energy possui um processo administrativo, de natureza tributária, referente à cobrança de taxa de licença da atividade industrial de geração de energia elétrica com base em fonte eólica, pelo Município de Macau/RN. A classificação de risco na controlada, em 31 de dezembro de 2025, é provável no valor de R$ 572 (R$ 525 em 31 de dezembro de 2024).

(v) Refere-se à entrega inferior de energia contratada, atribuída principalmente às restrições de geração do O.N.S., configurando-se Caso Fortuito ou Força Maior, conforme descrito no Contrato de Compra e Venda de Energia do PROINFA, capítulo IV da cláusula 15ª – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO.

22.2. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R$ 8.289 na Controladora (R$ 45.779 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 715.035 no consolidado (R$ 320.332 em 31 de dezembro de 2024), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cível (i)	-	39.137	205	257.259
Trabalhista (ii)	-	1	538	727
Fundiário (iii)	-	-	22	19
Tributário (iv)	8.340	6.641	706.732	54.812
Regulatório (v)	-	-	7.538	7.515
Total	**8.340**	**45.779**	**715.035**	**320.332**

(i) A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R$ 205 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 257.259 em 31 de dezembro de 2024). As demandas cíveis com probabilidade possível, resumem-se à:

a. Ação de Execução por título extrajudicial movida por Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar em face da Companhia, decorrente de suposto crédito de debêntures vencidas. Em setembro de 2025 a contingência foi reclassificada para remota, motivo pelo qual o valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 0 (R$ 39.137 em 31 de dezembro de 2024);
b. Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Spesi em face da Companhia e da controlada indireta Raesa. Em julho de 2025, as Partes firmaram Termo de Acordo resultando na extinção da execução (Vide Nota Explicativa nº 18.1) (R$166.198 em 31 de dezembro de 2024);
c. Ação de Execução movida pela Celos em face da Companhia e da controlada indireta Raesa. Em agosto de 2025 as Partes firmaram acordo resultando na extinção da execução (Vide Nota Explicativa nº 18.2) (R$ 51.251 em 31 de dezembro de 2024); e
d. Ação de Cobrança movida pela Construtora Jole em face da controlada Pernambuco IV. As Partes firmaram acordo, o qual já foi devidamente cumprindo, no entanto, permanece discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 205 (R$ 673 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) A Controlada New Energy possui 05 processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 538 (R$ 727 em 31 de dezembro de 2024), os quais são pleiteados o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nulidade do contrato de prestação de serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, horas intervalares, equiparação salarial, horas extras, entre outros;

(iii) A Controlada New Energy possui 01 processo judicial de natureza fundiária, com valor em risco em 31 de dezembro de 2025 de R$ 22 (R$ 19 em 31 de dezembro de 2024), cujo objeto versa em obrigação de prestação de contas referente aos contratos de arredamento do Parque Eólico;

(iv) A Companhia e as controladas possuem processos administrativos e processo tributário, com valor em risco em 31 de dezembro de 2025 de R$ 706.732 (R$ 54.812 em 31 de dezembro de 2024). As demandas tributárias com probabilidade possível, resumem-se à:

a. Ação de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Companhia para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras “IOF” do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$8.340 (R$ 6.641 em 31 de dezembro de 2024);
b. Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2021 em razão de suposta exclusão indevida no ato de apuração destes tributos relativos à variação monetária de empréstimos e financiamentos que foram objeto de provisão; e de valores de reembolso, recebidos a título de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis (“CCC”) da controlada indireta Raesa. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 o débito encontra-se parcelado na receita federal (vide Nota Explicativa nº 17.1) (R$ 32.530 em 31 de dezembro de 2024);
c. Processo administrativo relativo a auto de infração lavrado sob alegação de insuficiência no recolhimento de IRPJ e CSLL no período de 2012 da controlada indireta Raesa. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 9.774 (R$ 50.303 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024);
d. Processos administrativos decorrentes de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada indireta Raesa. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.682 (R$ 5.938 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024).
e. Auto de Infração lavrado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em face da controlada indireta Raesa, referente à cobrança de IOF sobre operações de crédito efetuada pela controlada. Após decisão mantendo o auto de infração, a Raesa realizou a compensação (DCOMP), quitando o débito. em 31 de dezembro de 2025 o valor é de R$ 0 (R$ 2.377 em 31 de dezembro de 2024).
f. Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da controlada NEO, referente à exigência de Contribuição ao PIS e Cofins, competência 2011. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 4.613 (R$ 2.716 em 31 de dezembro de 2024).
g. Processos administrativos decorrente de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada NEO. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.238 (R$ 4.016 em 31 de dezembro de 2024);

h. Processos Administrativos movidos pelo Município de Guamaré/RN em face da controlada NEO, referente à cobrança de taxa de localização e funcionamento dos aerogeradores localizados no município. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 331 (R$ 594 em 31 de dezembro de 2024); e
i. Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFIN, por supostas irregularidades na apuração dos referidos tributos no ano calendário de 2016. O valor em risco em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 677.754.

(v) A controlada indireta Raesa possui processo judicial de natureza regulatória, em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela controlada indireta Raesa.

Em setembro de 2023, foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da controlada indireta Raesa em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela controlada indireta Raesa, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 31 de dezembro de 2025 é de perda possível no valor atualizado de R$ 6.797 referente aos honorários sucumbenciais (R$ 6.806 em 31 de dezembro de 2024).

23. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Vendas de energia contratada (i)	307.050	292.483
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(92.610)	(134.869)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	20.402	51.189
Venda de lastro de energia (iv)	-	234
Mercado de curto prazo CCEE	67	359
Total receita operacional bruta	**234.909**	**209.396**
P&D s/faturamento	(1.563)	(1.801)
PIS s/ faturamento	(3.636)	(4.027)
COFINS s/ faturamento	(16.749)	(18.549)
ICMS s/ faturamento	(5.095)	(12.814)
Total deduções da receita	**(27.043)**	**(37.191)**
Total receita operacional liquida	**207.866**	**172.205**

(i) Refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a controlada NEO e a Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”);

(ii) Durante o exercício de 2025 houve uma entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2024. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA;

(iii) O valor apresentado como “Receita com operação e manutenção - O&M” refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia firmado entre a controlada indireta Raesa junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. A redução apresentada entre períodos refere-se à receita apurada da controlada indireta Raesa até 19 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1); e

(iv) Refere-se a venda de lastro de energia da controlada indireta Raesa para cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia. Operação realizada em conjunto com a compra de energia. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24.

23.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e receita de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Fontes eólicas	**Fontes térmicas**	**Fontes eólicas**	**Fontes térmicas**
Vendas de energia contratada	307.050	-	292.483	-
Suprimento de Energia Elétrica	(92.610)	-	(134.869)	-
Receita com operação e manutenção – O&M	-	20.402	-	51.189
Venda de lastro de energia	-	-	234	-
Mercado de curto prazo CCEE	-	67	-	359
Total receita operacional bruta	**214.440**	**20.469**	**157.848**	**51.548**

23.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Contas a receber (Nota Explicativa n° 5)	24.240	69.443
Suprimento de energia elétrica (Nota Explicativa n°20.2 (ii))	135.753	135.258

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

23.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Atrelado a obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e manutenção da Usina e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

24. Custos operacionais

	Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (i)	(19.061)	(19.251)
Energia Elétrica - Lastro (ii)	-	(244)
Operação e manutenção (O&M) (iii)	(61.222)	(69.901)
Pessoal e encargos (iv)	(6.384)	(8.053)
Seguros (iv)	(3.667)	(6.306)
Depreciação (iv)	(62.839)	(76.059)
Amortização mais-valia (v)	(10.844)	(10.844)
Aluguéis (vi)	(6.586)	(6.258)
(Provisão) reversão de passivos contingentes(vii)	(69.465)	-
Outros	(6.764)	(6.811)
Total dos custos operacionais	**(246.832)**	**(203.727)**

(i) Refere-se aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão da controlada New Energy (CUST) nº 035/2004 e nº 044/2010. A variação entre períodos é decorrente do reajuste pelo IPCA;

(ii) Refere-se a operação realizada para recomposição de energia da controlada indireta Raesa para cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia. Operação realizada em conjunto com a venda de energia;

(iii) Refere-se aos custos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aerogeradores, incluindo as peças e mão de obra da controlada NEO e manutenção preventiva dos motores da UTE Cristiano Rocha;

(iv) A redução na rubrica é reflexo do encerramento do contrato de energia da controlada indireta Raesa ocorrido em 20 de maio de 2025 (Vide Nota Explicativa nº 1);

(v) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação;

(vi) Refere-se ao custo com locação de guindaste e demais equipamentos. A variação entre exercícios se dá em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás da controlada NEO; e

(vii) A variação está relacionada à entrega inferior de energia contratada, atribuída principalmente às restrições de geração do O.N.S., configurando-se Caso Fortuito ou Força Maior, conforme descrito no Contrato de Compra e Venda de Energia do PROINFA, capítulo IV da cláusula 15ª – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da controlada NEO.

25. Despesas operacionais

25.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores (i)	(3.181)	(587)	(8.098)	(4.199)
Serviços de terceiros (ii)	(1.874)	(1.757)	(6.799)	(8.661)
Depreciação	(114)	(32)	(179)	(733)
Outras	(108)	(93)	(1.163)	(2.159)
Total despesas administrativas	**(5.277)**	**(2.469)**	**(16.239)**	**(15.752)**

(i) A variação refere-se a reversão de despesas em 2024, de bônus no exercício de 2023, e constituição 100% do quadro da diretoria a partir de maio/2024, e reclamações trabalhistas.

(ii) A variação refere-se a despesas adicionais em razão da necessidade da contratação, na controlada NEO, de assessores técnicos e financeiros para subsidiar a reorganização societária em curso no exercício de 2024.

25.2. Outras receitas e (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
(Provisão) reversão de impairment (i)	-	58	(262)	(2.847)
Ressarcimento de glosa (ii)	-	-	614	-
(Provisão) reversão de passivos contingentes (ii)	831	(821)	(1.351)	20.635
Outras receitas (despesas)	57	(3)	91	1.846
Total outras receitas e (despesas)	**888**	**(766)**	**(908)**	**19.634**

(i) Os montantes apresentados na controlada estão baseados na emissão de laudos sobre a avaliação dos ativos, para reconhecimento de impairment na avaliação de terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE em 2024 No consolidado foi constituído o impairment decorrente da avaliação das controladas não operacionais Itapebi e Monte Pascoal.

(ii) A variação da rubrica refere-se ao ressarcimento de glosa de R$ 614 mil da controlada NEO.

(iii) A variação está relacionada a reversão de passivos contingentes da controlada NEO, que tiveram alteração de prognóstico.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Receita sobre aplicação financeira (i)	-	110	65.031	54.694
Juros ativo sobre mútuos	9	12	-	-
Juros ativos créditos tributários	-	-	4.696	918
Variação cambial ativa	-	-	4	-
Descontos obtidos (ii)	-	-	50.556	-
Receita de arrendamento financeiro (iii)	-	-	36.132	101.424
Juros sobre arrendamento (iv)	-	-	315	2.816
Bônus adimplência (v)	-	-	7.214	7.961
Juros sobre demandas judiciais	-	1.779	21	1.809
Outras receitas financeiras	988	-	1.046	117
Total receitas financeiras	**997**	**1.901**	**165.015**	**169.739**
Juros sobre empréstimos	-	-	(74.817)	(97.443)
Custo de captação	-	-	(1.559)	(1.928)
Juros sobre debêntures	(2.179)	(2.762)	(2.179)	(2.762)
Juros sobre mútuos	(10.598)	(7.131)	-	(1)
IOF	(205)	(5.677)	(2.613)	(6.796)
Variação monetária sobre empréstimos (vi)	-	-	(1.913)	(46.288)
Variação monetária sobre debêntures	8	(506)	8	(506)
Variação monetária outras	-	(10)	(323)	(812)
Multas fiscais	-	(1)	(333)	(77)
Acréscimos contratuais (vii)	-	-	(20.316)	(18.824)
Desmobilização	-	-	(3.679)	(3.660)
Atualização de arrendamentos	-	-	(2.768)	(2.959)
Outras despesas	(39)	(32)	(4.734)	(6.686)
Total despesas financeiras	**(13.013)**	**(16.119)**	**(115.226)**	**(188.742)**
Total resultado financeiro líquido	**(12.016)**	**(14.218)**	**49.789**	**(19.003)**

(i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira Taxa DI 14,90% no acumulado até 31 de dezembro de 2025, (12,29% até 31 de dezembro de 2024);

(ii) Desconto obtido na quitação de empréstimo da controlada indireta Raesa em agosto de 2025 no valor de R$ 50.549 (vide Nota Explicativa nº 18.2);

(iii) Refere- se à reversão do contrato de arrendamento da controlada indireta Raesa, conforme CPC 06 (vide Nota Explicativa nº 9.1). A variação entre os exercícios ocorreu em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1);

(iv) Refere-se à reversão de atualização dos juros sobre arrendamento a receber do contrato de arrendamento da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 9.1);

(v) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB;

(vi) A principal variação está relacionada a quitação de empréstimo da controlada indireta Raesa em agosto de 2025 e o indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, conforme (Nota Explicativa nº 18), sendo que em 31 de dezembro de 2025 atingiu uma queda acumulada de -1,05% versus uma alta de acumulada de 6,54% em 31 de dezembro de 2024);

(vii) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (conforme Nota Explicativa nº 16). Durante o exercício de 2025 e 2024 os saldos foram atualizados pelo INPC R$ 20.316 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024).

27. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real, e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R$ 1.049.386 (R$ 1.009.204 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**(16.227)**	**(43.924)**	**(6.324)**	**(46.644)**
Efeitos fiscais sobre:				
Despesas indedutíveis	(177)	(25.858)	68.094	63.489
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	(18.531)	(5.238)
Total tributável	**(16.404)**	**(69.782)**	**43.239**	**11.607**
IRPJ 15%	-	-	(6.486)	(1.834)
IRPJ - Adicional - 10%	-	-	(4.300)	(1.199)
IRPJ	-	-	(6.016)	-
CSLL 9%	-	-	(3.892)	(1.100)
CSLL	-	-	(2.166)	-
IRPJ e CSLL	**-**	**-**	**(22.860)**	**(4.133)**
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	-	-	10.786	3.033
Despesas (crédito) de impostos de renda e contribuição efetiva	**-**	**-**	**(12.074)**	**(1.100)**
Alíquota efetiva - %	**0,00%**	**0,00%**	**190,92%**	**2,36%**

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31.12.2025		31.12.2024	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	14	14	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	412.778	412.778	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	37	37	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	106.430	106.430	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	25.224	25.224	23.052	23.052

		Consolidado			
		31.12.2025		31.12.2024	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	239.607	239.607	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Custo amortizado	24.240	24.240	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	408.141	408.141	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	179.614	179.614	163.005	163.005
Passivos de arrendamento (NE 09)	Custo amortizado	17.148	17.148	17.950	17.950
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	302.585	302.585	302.132	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	839.660	839.660	1.467.813	1.467.813

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela adiante apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

		Controladora			
		31.12.2025		31.12.2024	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	14	14	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	412.778	412.778	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	37	37	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	106.430	106.430	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	25.224	25.224	23.052	23.052

		Consolidado			
		31.12.2025		31.12.2024	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	239.607	239.607	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Nível 2	24.240	24.240	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	408.141	408.141	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	179.614	179.614	163.005	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	302.585	302.585	302.132	302.132
Passivos de arrendamento (NE 09)	Nível 2	17.148	17.148	17.950	17.950
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	839.660	839.660	1.467.813	1.467.813

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e
- **empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- risco de liquidez;
- risco de crédito; e
- riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Controladora						
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	37	37	37	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	25.224	25.224	25.224	-	-	-	-

	Consolidado						
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	179.614	179.614	7.217	172.397	-	-	-
Passivos de arrendamento (NE 09)	17.148	17.148	360	720	1.080	1.800	13.188
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	839.660	839.660	148.319	124.174	200.407	248.213	118.547

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado as empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	14	51	239.607	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	24.240	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	412.778	410.361	408.141	408.117

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	14	51	239.607	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	24.240	69.443
Partes relacionadas (NE 08) (i)	412.778	410.361	408.141	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (NE 16)	37	137	179.614	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	106.430	87.091	302.585	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	25.224	23.052	839.660	1.467.813

(i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2025. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (Selic) e (IPCA) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 31.12.2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures	25.224					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		3,67%	5,51%	7,35%	9,18%	11,02%
Exposição - Debêntures		927	1.390	1.853	2.317	2.780

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 31.12.2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures e Empréstimos	374.911					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		3,67%	5,51%	7,35%	9,18%	11,02%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		13.774	20.661	27.548	34.435	41.322

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 31.12.2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Empréstimos	464.749					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice IPCA		4,63%	6,95%	9,26%	11,58%	13,89%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		21.518	32.277	43.036	53.795	64.554

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo adiante.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- aplicações financeiras;
- clientes;
- empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- fornecedores.

29. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Companhias	Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Responsabilidade Civil	Mitsui Sumimoto Seguros	01/08/2025 a 01/08/2026	12	20.000
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Risco Operacional	SwissRE	06/01/2025 a 06/01/2026	1.846	326.198
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Seguro Patrimonial	Newe Seguros S.A	17/07/2025 a 17/07/2026	26	6.104
Termelétrica Itapebi S.A.	Seguro Patrimonial	MAPFRE Seguros S.A.	27/10/2025 a 27/10/2026	109	30.000
Multiner S.A.	Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	02/06/2025 a 02/06/2026	81	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30. Eventos subsequentes

Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 12 de fevereiro de 2026, a Brasilterm Energia S.A. (“Compradora”) celebrou com o Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Vendedor”) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com condição precedente, tendo como intervenientes anuentes Multiner S.A., Mesa Participações S.A., Bolognesi Energia S.A., Ronaldo Marcellio Bolognesi e Hidrotérmica S.A.

O Vendedor era titular de:

(a) 3.788.360 ações ordinárias, 311.344 ações preferenciais classe A e 6.532.211 ações preferenciais classe B de emissão da Multiner, representativas de 72,22% do capital social total; e
(b) 01 ação ordinária de emissão da Mesa, correspondente à totalidade de sua participação naquela sociedade.

O Contrato prevê que com o fechamento da operação extingue, em definitivo, a possibilidade de exigência da obrigação de aporte pela Bolognesi e Brasilterm Energia determinada nos termos da sentença arbitral, mediante subscrição e integralização de novas ações da Multiner, dos seguintes valores:

(i) R$ 100.000 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2016 e, a partir de então, pela taxa Selic; e

(ii) R$ 125.921 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e um mil reais), corrigidos pelo IPCA desde 28 de março de 2012 até 30 de janeiro de 2021 e, posteriormente, pela taxa Selic.

Sujeito à satisfação da Condição Precedente, nos termos previstos no referido Contrato, o preço total, final e fixo de aquisição da totalidade das Ações Objeto do Contrato foi de R$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), a ser pago na Data de Fechamento, sendo:

(i) R$ 119.999 a título de aquisição das ações da Multiner; e

(ii) R$ 1.000 a título de aquisição da ação da Mesa.

Em 11 de março de 2026, foi publicado o Despacho da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) n° 278, Ato de Concentração n°08700.001507/2026-42, aprovando, sem restrições, a operação de venda das ações da Multiner e da Mesa, detidas pelo FIP MULTINER, para a Brasilterm Energia. O fechamento da operação, com a transferência das ações e o pagamento, ocorreu dia 27 de março de 2026.

Acordo Radesca - Aquisição societária

Em 05 de março de 2026, a Companhia adquiriu da Radesca 2,97% de participação acionária na 2007 Participações, sociedade controlada pela Companhia. A participação adquirida é representada por 300 (trezentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). A Multiner ainda a título indenizatório e para colocar fim ao processo judicial nº 0099701-67.2016.8.19.0001, por mera e a título de acordo pagou o valor de R$ 3.000.000,00 a título de indenização.

Cessão de crédito River II

Em março de 2025, a Companhia foi comunicada pela River II sobre a cessão de crédito entre Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar (Cedente) e River II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Responsabilidade Limitada (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios.

Seguros

Em 06 de janeiro de 2026, foi realizada a renovação da apólice de seguros Riscos Operacionais – SwissRE da controlada NEO, cuja nova vigência se estende até 06 de janeiro de 2027.

* * *